



10 DE JUNHO DE 2016

Sexta-feira

- FIQUE ATENTO AOS RISCOS DO INVESTIMENTO NO TESOUREIRO DIRETO
- NÚMERO DE EMPRESAS COM DÍVIDA ATRASADA É RECORDE NO BRASIL
- SEBRAE SELECIONA 500 EMPRESAS PARA CONSULTORIA TECNOLÓGICA EM CURITIBA
- 61% DOS BRASILEIROS APOIAM IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA
- INDÚSTRIA REGISTRA QUEDAS EM VENDAS, COMPRAS E EMPREGO, INFORMA FIEP
- LEI DE 1934 E BUROCRACIA ATRASAM MOVIMENTO DE CONTÊINERES EM SANTOS
- INDÚSTRIA DO PARANÁ RECUPERA ESPAÇO NAS EXPORTAÇÕES
- APÓS MUDANÇA DE GOVERNO, EMPRESAS CAPTAM US\$ 9,6 BILHÕES NO EXTERIOR
- 'BRASIL VAI COMEÇAR A CRIAR EMPREGOS NO 2º SEMESTRE', DIZ RONALDO NOGUEIRA
- PETROLEIROS DO PARANÁ PARALISAM ATIVIDADES NESTA SEXTA
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTO INDUSTRIAL SOBE 0,6 NO 2º TRIMESTRE, 1ª ALTA DESDE 2013
- AJUSTE FISCAL: O QUE PRECISAMOS FAZER PARA SAIR DA CRISE
- PF CONCLUI INQUÉRITO E INDICIA SAMARCO, VALE E 8 PESSOAS POR DESASTRE EM MARIANA
- USIMINAS QUER CONTRATO DE LONGO PRAZO POR PLACAS PARA USINA DE CUBATÃO
- PRESIDENTE DA CSN DIZ QUE DIVISÃO DA USIMINAS AGORA NÃO É MELHOR OPÇÃO
- BRASILEIRO ESPERA MELHORA LENTA DO MERCADO DE TRABALHO, DIZ FGV
- GE PASSA A PRODUIR INVERSOR PARA ENERGIA SOLAR NO BRASIL; MIRA TAMBÉM EXPORTAÇÃO
- BANCO CENTRAL DECIDE MANTER TAXA BÁSICA DE JUROS EM 14,25% AO ANO
- MANUTENÇÃO DA SELIC AFETA CONFIANÇA PARA CONSUMO E INVESTIMENTO, DIZ APAS
- USIMINAS E CSN TERÃO DIFICULDADES PARA EXECUTAR PLANOS DE RETOMADA
- Ociosidade supera 50% nas autopeças
- MONTADORAS AINDA VENDEM CARROS PERIGOSOS NA AMÉRICA LATINA

- GM LANÇA NO PAÍS PROJETO DE CARRO COMPARTILHADO
- COBRE OPERA EM QUEDA COM ALTA DO DÓLAR E BAIXO VOLUME DE NEGOCIAÇÃO
- FÁBRICA CURITIBANA REDUZ CONTA DE LUZ EM QUASE METADE AO ADOTAR MEDIDAS SIMPLES
- RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA APARECE NO RADAR DOS ANALISTAS
- ALTA NAS EXPORTAÇÕES DE FERRO-GUSA NÃO COMPENSA QUEDA NO MERCADO INTERNO
- TOYOTA AMEAÇA A CAMPANHA DO BREXIT POR USAR SEU LOGOTIPO
- CSN QUER TODO O PARQUE NO RJ APTO PARA PRODUZIR, DIZ STEINBRUCH
- EM CARTA, TEMER DIZ QUE SETOR SIDERÚRGICO É VITAL PARA DESENVOLVIMENTO

CÂMBIO		
EM 10/06/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,424	3,426
Euro	3,861	3,863

Fonte: BACEN

Fique atento aos riscos do investimento no Tesouro Direto

10/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Os títulos do Tesouro Direto estão entre os investimentos mais recomendados pelos especialistas. Com rendimentos melhores que os da poupança, os papéis chamam a atenção pelo baixo risco de crédito, mas isso não significa que estejam isentos dos riscos de mercado, que decorrem das variações dos juros e da inflação e do tempo que o dinheiro será mantido nas aplicações.

O medo dos investidores de que o país quebre e seja declarada moratória da dívida interna, um dos mais comuns entre os poupadores, é considerado remoto pelos analistas. Isso porque os títulos são emitidos em reais.

Logo, se for necessário, o governo sempre pode imprimir mais dinheiro para pagar os credores. Mas esse recurso causa um efeito colateral: a alta da inflação pela emissão

de moedas, que afeta o rendimento dos títulos não atrelados ao indicador, e a possibilidade de as taxas de juros não acompanharem a alta dos preços no mesmo ritmo.

Outro motivo para o baixo risco de moratória é o fato de os papéis representarem um volume muito baixo da dívida do estado. Conforme o Tesouro Nacional, até o fim de abril a soma era de R\$ 2,799 trilhões, sendo R\$ 2,670 trilhões (95,4%) relativos à interna e R\$ 129 bilhões (4,6%) à externa, paga em moeda estrangeira. Deste total, apenas R\$ 30,5 bilhões (1,04%) correspondem às emissões dos títulos do Tesouro.

“Nós temos grande controle sobre a nossa moeda e, no pior dos mundos, podemos refinar a dívida, porque sempre haverá um comprador interessado nela”, avalia o economista e analista de mercado da NeoValue, Alexandre Cabral.

Corretoras

Os riscos de perdas decorrentes de fraudes também são considerados baixos entre analistas. De acordo com o economista Alexandre Cabral, essa possibilidade é minimizada pelo sistema de compras dos papéis, que é feito pelo site do Tesouro.

O dinheiro dos aportes é custodiado pela Bovespa, que envia relatórios mensais por e-mail para o controle das aplicações. Com isso, as corretoras têm a função de intermediadoras financeiras entre os investidores e o governo.

Para ele, o único cenário possível de calote da dívida interna seria em caso de uma “recessão pesada” e extremamente prolongada, seguida pela perda total de confiança dos investidores.

O coordenador do curso de economia da Fesp, Rodrigo Kremer, afirma que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a compra dos títulos pelo Banco Central -- a não ser para o refinanciamento -- também dá maior segurança aos ativos, o que afasta o risco de crédito.

Mercado

Por outro lado, o rendimento dos papéis está sujeito à gangorra dos juros e da inflação. Cabral aponta que os prefixados, que têm o retorno definido no momento da compra, podem ser mais afetados devido à pressão inflacionária e uma possível manutenção da Selic por um prazo maior que o esperado, o que pode ocorrer caso as taxas de juros dos EUA subam no segundo semestre, por exemplo.

Kremer acrescenta que os títulos de inflação, como os atrelados ao IPCA, também podem oferecer rendimentos menores se os valores forem sacados antes do prazo de vencimento. “Qualquer pequena alteração na taxa de juros impacta na remuneração. A variação é capitalizada no longo prazo, mas se a venda do título for feita antes haverá uma maior exposição aos riscos de mercado.”

Número de empresas com dívida atrasada é recorde no Brasil

10/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



A recessão afetou o fluxo de caixa das empresas e levou a um recorde na inadimplência empresarial no país.

Segundo números inéditos da Serasa Experian, mais da metade dos 8,13 milhões de companhias em operação em abril tinha ao menos uma dívida em atraso. No total, o valor devido por essas 4,42 milhões de empresas (54,4% do total) é de R\$ 105,6 bilhões.

O levantamento da Serasa, empresa de informações para empresas e consumidores nas áreas de crédito, marketing e consulta de dados, passou a ser feito mensalmente em março deste ano. Antes, era feito a cada três meses, aproximadamente.

A Serasa considera inadimplência qualquer conta vencida e não paga. Em março deste ano, o percentual de empresas inadimplentes era de 53,9% -4,37 milhões de empresas em um universo de 8,10 milhões de operacionais.

Em março de 2015, eram 50,5% nessa situação -3,79 milhões de 7,51 milhões de empresas operacionais.

A porcentagem é vista como um "sinal vermelho" por Luiz Rabi, economista da Serasa, e supera a dos consumidores: 41% da população adulta no Brasil, ou 60 milhões de inadimplentes.

SEM CAIXA

Com o consumo retraído pelo aumento do desemprego e a alta da inflação, as companhias deixam de vender e não conseguem dimensionar o problema e ajustar os pedidos aos fornecedores.

A menor entrada de receita e alta dos custos, que inclui juros mais altos a pagar, provoca problemas de caixa.

A inadimplência também restringe o acesso a crédito das companhias. "Se nada for feito, pode gerar quebra de empresas", diz Rabi.

O risco é que elas acabem em recuperação judicial, quando a empresa pede prazo para negociar com os credores. De janeiro a maio, os pedidos cresceram 95% em relação ao mesmo período de 2015 -755 ante 387.

PERFIL

A grande maioria das empresas inadimplentes (cerca de 90%) é de pequeno e médio porte. Do total, 45,2% são do setor de comércio e 45% do setor de serviços.

Cerca de 48,5% delas têm quatro dívidas ou mais, segundo a Serasa. As companhias com entre dois e cinco anos respondem por 37% do total de inadimplentes.

PERSPECTIVA

A inadimplência das empresas sempre começa cair um pouco antes da do consumidor, diz Rabi, da Serasa. "A queda deve começar a acontecer no segundo semestre de 2017, se as medidas econômicas derem certo", diz.

João Carlos Natal, consultor do Sebrae-SP, também vê diminuição do calote a partir de 2017, com a melhora do desemprego e a volta do consumo.

Já Emilio Alfieri, economista da Associação Comercial de São Paulo, também atrela a queda na inadimplência à alta do consumo.

Calote das empresas

A cada minuto uma companhia fica inadimplente

EVOLUÇÃO

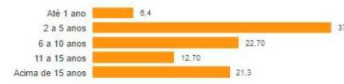
Em milhões



Fonte: Sebrae
Contra mais integrados da Follia

FAIXA ETÁRIA DA EMPRESA

Em %



Fonte: Sebrae
Contra mais integrados da Follia

TEMPO DE ATRASO DAS DÍVIDAS

Em %



Fonte: Sebrae
Contra mais integrados da Follia

Sebrae seleciona 500 empresas para consultoria tecnológica em Curitiba

10/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Pequenas empresas que possuem projetos na área de tecnologia e inovação para melhorar seus processos internos e produtos e serviços oferecidos ao mercado podem se inscrever para participar do Sebraetec 2016. O programa tem como objetivo oferecer acesso subsidiado a serviços tecnológicos e de inovação, com vistas à melhoria de processos, produtos ou serviços.

O projeto vai selecionar 500 empresas na Grande Curitiba, Vale do Ribeira e Litoral, e prevê investimento de R\$ 4,5 milhões em consultorias e capacitações voltadas ao desenvolvimento de pequenas empresas.

Podem participar microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais, desde que o faturamento anual não ultrapasse o teto de R\$ 3,6 milhões.

Segundo o consultor do Sebrae-PR, Rodrigo Feyerabend, o empresário que vier a participar do Sebraetec pode desenvolver projetos de inovação e tecnologia para adequar produtos, serviços ou processos à realidade do mercado, com subsídios de 60% para microempreendedores individuais e produtores rurais, e de 50% para micro e pequenas empresas.

Em 2015, o programa atendeu mais de 900 empresas em Curitiba e região. O edital para a edição deste ano já está disponível para consulta no site do Sebrae-PR.

Como os recursos são limitados por categoria e por ordem de adesão, os empresários interessados em participar podem agendar uma orientação empresarial pela Central de Atendimento, no 0800 570 0800.

61% dos brasileiros apoiam idade mínima para aposentadoria

10/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A maioria dos brasileiros apoia a fixação de uma idade mínima para aposentadoria, segundo pesquisa encomendada pela Confederação Nacional do Transporte à MDA.

A medida é defendida pela equipe econômica do presidente interino Michel Temer e deve fazer parte da proposta de reforma da Previdência que será enviada ao Congresso, apesar da discordância das centrais sindicais que dialogam com o governo.

Realizada de 2 a 5 de junho, a pesquisa CNT/MDA ouviu 2.002 pessoas em 137 municípios de 25 estados. E 61,3% responderam afirmativamente à questão que perguntava se, com as pessoas vivendo até idades mais avançadas, é preciso estabelecer uma idade mínima para aposentadoria.

Cerca de 33% dos entrevistados são contra a proposta e 5,4% não sabem ou não responderam. O levantamento tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos, com 95% de nível de confiança.

Conforme a pesquisa, 56,9% dos brasileiros consideram que homens e mulheres devem ter a mesma idade mínima para se aposentar e 40,1% são contrários a essa possibilidade. Os demais 3% não sabem ou não responderam.

Contraditoriamente, em outra pergunta 64,7% dos entrevistados disseram ser contra qualquer alteração nas regras da Previdência. Nessa questão, as demais alternativas mencionavam uma reforma que aumente o tempo de contribuição – 17,3% aprovam essa regra, mas apenas para quem entrar no mercado de trabalho após a mudança; e 9,5% acham que ela deve valer desde já para todos os brasileiros.

Do total de entrevistados, 15% são aposentados – destes, 38% continuam trabalhando. Entre os que ainda não se aposentaram, 48,8% disseram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre as regras de aposentadoria e sobre quando vão se aposentar. Outros 30% têm conhecimento parcial e 15,9% afirmaram ter conhecimento sobre as regras e que sabem quando vão se aposentar.

Na terça-feira (7), Força Sindical, Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT) informaram aos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que fecharam posição contra qualquer proposta de reforma.

Mesmo assim, o governo tentará convencê-las de que as contas do sistema são insustentáveis e de que ele precisa ser alterado.

O presidente interino Michel Temer recebe representantes das centrais nesta sexta-feira (10) em almoço no Palácio do Jaburu, segundo comunicado da Força Sindical.

Reforma trabalhista

Outra reforma em estudo no governo é a trabalhista. Segundo a pesquisa CNT/MDA, 64,5% das pessoas concordam com a necessidade de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em outra questão, 33,6% afirmam que ela dificulta acordos que interessem a patrões e funcionários. Por outro lado, 32,4% acham que ela não interfere nos acordos e 18,8% consideram que ela facilita o entendimento entre as partes.

Sobre o conteúdo de uma eventual reforma, 36,7% acham que ela deve garantir todos os direitos atuais dos trabalhadores. Outros 32,6% afirmaram que ela precisa facilitar a negociação entre funcionários e empregadores, e 21,8% defendem a flexibilização de alguns direitos para melhorar as chances de contratação.

Indústria registra quedas em vendas, compras e emprego, informa Fiep

10/06/2016 - Fonte: Bem Paraná

As vendas industriais no Paraná registraram desempenho negativo no universo de janeiro a abril deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. A queda foi de 3,19%, de acordo com levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

O estudo aponta ainda queda de pessoal empregado total e do empregado na produção na comparação dos mesmos dois períodos — retração de 2,95% e 0,60%, respectivamente — e encolhimento também das compras industriais nos primeiros quatro meses de 2016 contra o primeiro quadrimestre de 2015: decréscimo de 4,79%.

"A instabilidade política deste início de ano não tem permitido vislumbrar reação da indústria paranaense", aponta Roberto Zurcher, economista da Fiep. Para a entidade, a falta de objetivos claros e definidos da política econômica, especialmente vinculados à política industrial, não favorece a retomada dos investimentos.

Como resultado, viu-se o encolhimento da indústria brasileira em 7,3% nos primeiros três meses do ano contra o mesmo período de 2015 e a redução de 17,5% nos investimentos também se confrontado os primeiros trimestres deste ano e do exercício anterior, conforme dados do PIB divulgados pelo IBGE.

"Esses resultados colocam em xeque a possibilidade de recuperação do crescimento no futuro próximo", completa. A expectativa da Fiep é que uma eventual interrupção no processo de queda do PIB possa sinalizar o caminho da estabilidade da economia do País.

Vendas

As exportações cresceram 18,03% nos quatro primeiros meses do ano diante do mesmo período de 2015, mas houve redução de 0,85% nas vendas no Paraná e de 12,79% nas vendas para outros Estados.

Além da queda no acumulado do ano, o indicador de vendas industriais registrou também redução na comparação mês a mês, já que o volume registrado em abril foi 0,56% menor em relação a março. "A redução contraria a tradição do quarto mês do ano, quando historicamente o setor inicia o período de retomada mais firme e objetiva da atividade industrial", avalia Zurcher.

A retração em abril na comparação com março foi influenciada diretamente pelo desempenho negativo em 12 dos 18 gêneros pesquisados. As maiores quedas foram observadas em produtos de metal, com retração de 30,66%; vestuário, com queda de 20,83%, e borracha e plásticos, que encolheu 12,53%.

Já no quadrimestre do ano contra igual período de 2015, as retrações mais significativas foram as observadas em móveis e indústrias diversas (-36,57%), produtos químicos (-28,95%) e vestuário (-25,95%).

Também na comparação mensal, dois dos três ramos de maior participação relativa na indústria do Estado apresentaram aumento: veículos automotores, alta de 7,79%, e alimentos e bebidas, elevação de 0,78%. Se comparado, porém, os primeiros quatro meses deste ano contra os do período passado, os maiores acréscimos foram em edição e impressão, de 15,75%, e alimentos e bebidas, de 5,21%.

Compras

Em abril contra março, as compras de insumos acompanharam o desempenho das vendas, registrando redução de 0,95%. "O resultado indica incerteza com relação ao comportamento futuro da produção", aponta Zurcher. As importações e as compras realizadas no Estado diminuíram 3,21% e 2,68%, respectivamente.

Comparados os quadrimestres de 2016 e 2015, os resultados são positivos para compras no Paraná, com alta de 5,54% e negativos para as de origem em outros Estados, com queda de 6,30%, e do exterior, com retração de 25,06%.

Também no acumulado dos quatro primeiros meses comparados ao mesmo período de 2015, os gêneros que apresentaram as maiores reduções foram produtos químicos (-39,11%), móveis e indústrias diversas (-35,55%) e máquinas e equipamentos (-28,12%). Já as maiores expansões foram em celulose e papel (9,84%), minerais não metálicos (6,21%) e alimentos e bebidas (5,12%).

Emprego

Na comparação mensal, o emprego diretamente ligado à produção caiu 0,39%. Já no indicador de emprego total, a queda foi de 0,36%.

A análise do quadrimestre deste ano contra o de 2015 mostra que, dos 18 gêneros avaliados, apenas cinco se mostraram positivos quanto ao emprego.

Os maiores aumentos foram 5,03% em máquinas, aparelhos e materiais elétricos; 2,03% em madeira; e 1,71% em vestuário. As maiores quedas se apresentaram em refino de petróleo e produção de álcool, com recuo de 24,92%; metalúrgica básica, que retraiu 24,69%; e máquinas e equipamentos, que encolheu 18,21%.

Houve queda de abril ante março na massa salarial líquida, que recuou 1,13%. As horas trabalhadas se elevaram em 17,95%, e a utilização da capacidade instalada subiu um ponto percentual, chegando a 72%. O nível é um ponto percentual inferior ao computado em abril de 2015.

Lei de 1934 e burocracia atrasam movimento de contêineres em Santos

10/06/2016 - Fonte: Bem Paraná

Contêineres que chegam ao Brasil podem perder até 10 dias parados nos portos sem necessidade, em parte por causa de uma lei de 1934 que jamais foi alterada. Somente no porto de Santos (SP), o maior do país, a burocracia da Vigilância Agropecuária e da Receita Federal causa perdas estimadas em R\$ 57 milhões por ano em atrasos no transporte e pagamentos de custos desnecessários.

O diagnóstico foi apresentado em auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) que determinou providências da Receita Federal e da Vigilância Agropecuária do Ministério da Agricultura para que atualize sistemas de informática e a legislação para evitar a lentidão na liberação das cargas.

Em 2015, o país movimentou 4 milhões de contêineres cheios. Essas embalagens são a cada ano mais utilizadas para transportar mercadorias porque facilitam a movimentação.

Produtos que antes seguiam soltos em navios, agora, vão dentro dos contêineres. A velocidade da movimentação dos contêineres é fundamental para baratear custos do setor produtivo.

Por causa da demora dos portos brasileiros nessa movimentação, o país em geral ganha notas baixas em rankings mundiais sobre eficiência do setor portuário. Num deles, do Fórum Econômico Mundial de três anos atrás, o país aparecia entre os 10 piores.

O trabalho feito pelo TCU, relatado pela ministra Ana Arraes, mostrou que a inspeção sanitária obrigatória (devido à possibilidade da entrada de pragas no país) das embalagens de madeiras que separam os produtos nos contêineres atrasa a liberação dos importados em média em 2 dias, causando perdas de R\$ 40 milhões/ano só no porto de Santos, onde 35% dos contêineres do país são movimentados.

Essa inspeção é feita em um grande número de embalagens porque, segundo o TCU, não há critério de seleção prévio do Ministério da Agricultura. Parte dos contêineres nem teriam madeira.

Além disso, segundo o relatório, não há incentivo para que a madeira seja regularizada fora do Brasil, o que tornaria o processo mais rápido. Para o Tribunal, isso ocorre porque a punição prevista para quem estiver com madeira irregular está numa lei de 1934 com valores escritos ainda em réis que nunca foram atualizados.

O órgão diz que há 10 anos já determinou que o Ministério da Agricultura proponha a atualização da legislação, o que ainda não foi feito.

"Enquanto a burocracia está ocorrendo, a carga está pagando para ficar armazenada", reclama André de Seixas, presidente da Usupart, associação que defende os usuários de portos no país, que sugere que os procedimentos de liberação dos contêineres comecem quando a carga entra no navio, ainda fora do país, como já ocorre em outros países.

Outro problema está em sistemas da Receita Federal, considerados de baixa eficiência.

De acordo com o levantamento, que visitou terminais em todo o país, a Receita ainda usa registros em papel para liberar o contêiner que chega do navio e vai para terminais fora da área do cais. Nesses terminais longe do cais, também há funcionários da Receita para inspecioná-las.

Os sistemas de papel da Receita fazem com que um caminhão demore 4 horas e meia para sair com a carga. Enquanto isso, as empresas que operam dentro da cidade de Santos desenvolveram na sua associação, a Abtra (Associação Brasileira de Terminais Alfandegados), um sistema totalmente eletrônico para fazer o mesmo serviço.

O resultado: quando o caminhão tem que levar a carga do cais para um terminal dentro da cidade, usando o sistema da Abtra, o tempo de espera cai para 50 minutos.

A perda anual estimada pelo TCU só nesse tempo foi de R\$ 17 milhões. Com outras ineficiências da Receita, a média de permanência desses contêineres que vão fazer trânsito chega a oito dias se ele tiver que de seguir para um terminal em outra cidade.

Com o sistema das empresas de Santos, a média cai para 21 horas. Em nota, a Receita Federal informou que "trabalha na modernização de todos os processos aduaneiros, inclusive o Trânsito" mas que "com o forte contingenciamento orçamentário, o desenvolvimento de novas soluções está sendo realizado de forma mais lenta".

Ainda de acordo com o órgão, um estudo da própria Receita aponta que, da média de 14,5 dias que todos os contêineres ficam no porto, somente 1,49 dia é para a liberação da Receita. Questionado, o Ministério da Agricultura não respondeu.

Indústria do Paraná recupera espaço nas exportações

10/06/2016 - Fonte: Bem Paraná



Depois de sofrer nos últimos anos com o câmbio desfavorável para as exportações, a indústria do Paraná, puxada pelo setor automotivo, vem recuperando espaço no mercado externo em 2016, mostram dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, compilados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

Nos primeiros cinco meses de 2016, as exportações de automóveis do Paraná cresceram 116,2% na comparação com o mesmo período do ano passado, de US\$ 103,7 milhões para US\$ 224,2 milhões.

As vendas externas de veículos de carga, principalmente caminhões, subiram 231,8%, de US\$ 26,3 milhões para US\$ 87,4 milhões. As encomendas de partes de motores para veículos subiram 44,9%, passando de US\$ 37 milhões para US\$ 48,3 milhões. As vendas de tratores, por sua vez, cresceram 34,5%, com evolução de US\$ 53,9 milhões para US\$ 72,5 milhões.

“A indústria, especialmente a automotiva, vem aproveitando o dólar favorável para retomar exportações e compensar a queda nas vendas no mercado interno”, diz Julio Suzuki Júnior, diretor presidente do Ipardes.

CONTRIBUIÇÃO - As vendas da indústria puxaram o resultado geral das exportações do Paraná nos primeiros cinco meses do ano, que passaram de US\$ 5,6 bilhões de janeiro a maio de 2015, para US\$ 6,4 bilhões no mesmo período de 2016 – alta de 13%.

O desempenho das exportações do Paraná foi em direção contrária da registrada pelo Brasil. Em termos nacionais, as exportações brasileiras tiveram queda de 1,6%. De janeiro a maio de 2016 totalizaram US\$ 73,5 bilhões, contra US\$ 74,7 bilhões em igual período do ano passado.

MAIS PRODUTOS- Os automóveis ocupam a quinta posição entre os produtos mais exportados pelo Paraná, atrás de soja em grão, carne de frango, farelo de soja e papel.

Mas outros setores industriais também estão se destacando nas exportações, como torneiras e válvulas, cujas vendas somaram US\$ 75,4 milhões, 366,9% mais do que no mesmo período do ano passado (US\$ 16,4 milhões). As encomendas de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos diversos tiveram alta de 30,3%, de US\$ 37 milhões para US\$ 48,2 milhões.

ARGENTINA - A combinação câmbio favorável e retomada das encomendas da Argentina impulsiona as exportações das montadoras paranaenses, explica o presidente do Ipardes.

Desde que Maurício Macri assumiu a presidência no país vizinho, no ano passado, uma das principais alterações foi a queda de barreiras para a entrada de automóveis no país. A Argentina é o principal destino dos automóveis produzidos no Estado.

A retomada das exportações do setor automotivo beneficia principalmente a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que sedia o polo automotivo do Estado. Montadoras como Renault, Volkswagen, Audi e Volvo investiram em ampliação de produção e de geração de empregos nos últimos anos, em projetos apoiados pelo Governo do Estado por meio do programa estadual de incentivos Paraná Competitivo. Mas, com a crise econômica, sentiram a pisada no freio da economia brasileira com a queda nas vendas no mercado interno.

“A recuperação do mercado externo tem um impacto importante do ponto de vista social, porque a cadeia do setor automotivo gera 40 mil empregos somente na RMC”, lembra Suzuki Júnior. Para atender encomendas no exterior, a Renault, por exemplo, já anunciou a contratação de 500 funcionários temporários.

As exportações paranaenses de automóveis crescem em ritmo bem acima da média brasileira. Nos primeiros cinco meses de 2016, os embarques de automóveis avançaram 56,3%, para US\$ 1,77 bilhão no País. Desse total, 13% foram exportados pelo Paraná.

A previsão da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) é de um crescimento de 21,5% nas exportações de automóveis pelo Brasil em 2016.

PRODUÇÃO – As exportações devem ajudar a indústria a compensar a queda na produção provocada pela queda nas vendas internas. De acordo com dados divulgados na última quarta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria paranaense acumula uma queda de 8,4% na produção em relação a igual período do ano passado. Ainda assim, o recuo é menor do que no Brasil, que registrou queda de 10,5%.

A soja em grão, principal produto de exportação do Estado, também registrou bons resultados, com alta de 48,7% nas receitas nos primeiros cinco meses do ano.

Impulsionada pelas cotações acima das médias históricas, as vendas totalizaram US\$ 1,81 bilhão – 28,4% das receitas de exportação paranaense no período. As vendas de frango in natura tiveram crescimento de 4,3%, para US\$ 827,4 milhões. O produto é o segundo mais importante na pauta de exportações do Estado, com 13% de participação.

Após mudança de governo, empresas captam US\$ 9,6 bilhões no exterior

10/06/2016 - Fonte: Paraná Online

As empresas brasileiras estão aproveitando a melhora da avaliação sobre o risco Brasil, após a mudança de governo, para captar recursos no exterior e refinanciar suas dívidas.

Os investidores estrangeiros compraram, em menos de um mês, US\$ 9,6 bilhões em bônus de empresas como Petrobras, Marfrig, Vale, Eldorado e Cosan. E a expectativa é de que mais companhias façam novas emissões nas próximas semanas.

A demanda por papéis de empresas brasileiras já conhecidas no mercado está muito superior à oferta, segundo o diretor-gerente do Bradesco Banco de Investimento (BBI), Leandro de Miranda, que esteve à frente das operações de Marfrig, Vale e Cosan.

O volume captado pelas companhias nos últimos dias já supera todo o volume do ano passado, de cerca de US\$ 8 bilhões. Miranda lembra, porém, que a oferta de títulos ainda é baixa: há alguns anos, o volume de emissões no primeiro semestre ficava entre US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões.

Diversos fatores têm influenciado nas captações. Além da melhora na parte política, com a mudança de governo e a expectativa de que as reformas econômicas sejam feitas, o Fed (o banco central americano) indicou nesta semana que não deve subir os juros.

Assim, os investidores continuam procurando juros mais atrativos. Outro ponto é que muitos fundos de investimento estão com percentuais históricos muito baixos de exposição ao Brasil, e com espaço para recompor seus portfólios.

Custo

Diante desse apetite por Brasil, os custos para as empresas têm caído, na esteira da queda do risco país, que era de 500 pontos básicos no início do ano e caiu agora para 300.

O economista Nathan Blanche, da Tendências Consultoria, lembra, porém, que o dinheiro que está fazendo com que o dólar caia, a Bolsa se valorize e as empresas captem recursos ainda é de curto prazo, de investidores que se aproveitam de situações momentâneas.

"Não podemos esquecer que nosso risco já foi de 140", diz. "Até outro dia, falava-se de insolvência fiscal em dois, três anos. Isso significa que, se as novas reformas não forem aprovadas, não teremos capital externo para investimento de longo prazo."

O responsável pela área de mercado de capitais do banco Morgan Stanley, Alexandre Castanheira, diz que as empresas não estão neste momento captando para investir. A Marfrig, por exemplo, captou US\$ 750 milhões e boa parte usou para recomprar títulos que venciam no curto prazo.

A única nova emissão, de empresa que não era conhecida dos investidores, foi a da Eldorado Celulose, que acabou tendo um pouco menos de demanda para seus papéis, segundo alguns executivos de bancos.

Já a Vale, que pretendia emitir entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão, acabou fechando em US\$ 1,25 bilhão, com juros abaixo de 6% e demanda por US\$ 5 bilhões. A maior captação do ano foi da Petrobras, de US\$ 6,75 bilhões, mas os juros ficaram acima de 8%

'Brasil vai começar a criar empregos no 2º semestre', diz Ronaldo Nogueira

10/06/2016 - Fonte: Paraná Online

O desemprego vai deixar de aumentar em julho e, a partir do segundo semestre, o Brasil deve registrar de novo a criação de postos do trabalho. Quem faz a previsão é o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que nesta semana esteve em Genebra nas reuniões anuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", ele garantiu que "direitos não serão revogados, mas aprimorados" e que vai chamar todas os sindicatos para desenhar novas leis trabalhistas para o País a partir de julho.

Nogueira foi alvo de protestos por parte da CUT e sindicatos estrangeiros, ao discursar na sede da ONU. Com cartazes escritos em inglês e francês, os sindicalistas acusavam o ministro e o governo de "não serem legítimos". Mas ele insiste que vai se oferecer a visitar a CUT para "criar diálogo".

Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

A mudança de governo no Brasil representa uma mudança da posição do País na OIT?

O Brasil tem uma sequência de posicionamento sobre os mais diversos temas tratados aqui na OIT. O Brasil não muda o seu posicionamento.

Não há nenhuma novidade. Mantemos nosso posicionamento estratégico, garantindo sua soberania e mostrando ao mundo que é exemplo na aplicação da legislação para garantir o trabalho decente.

Nenhum outro país tem tantas convenções da OIT referendadas como o Brasil.

Existe alguma chance de alguma dessas convenções serem revistas agora, com direitos retirados?

Direito você não revoga. Direito você aprimora.

O sr. manteve reuniões com diversos ministros esta semana. Qual foi o objetivo?

O Brasil é protagonista. A democracia do brasileiro é uma das mais plenas do mundo e uma das mais consolidadas. Suas instituições são autônomas e independentes e ninguém está acima da lei.

Mas, na quarta-feira, o sr. foi alvo de um protesto na OIT. Qual a mensagem o governo tem a passar aos grupos que usam uma reunião internacional para se fazer ouvir?

Precisamos nos colocar no lugar da pessoa que está do outro lado da mesa. Se prezamos pela democracia, não podemos contestar a manifestação. Temos de respeitar e ouvir. Quem precisa fazer a avaliação se o local usado foi adequado ou não são os autores da manifestação.

O sr. acha que essas manifestações podem ser uma ameaça à imagem do Brasil no exterior?

O Brasil é muito maior que os próprios problemas. O Brasil sabe resolver seus problemas internos sem manchar sua imagem no exterior. Até porque não somos os únicos que enfrentamos manifestações. Mas não reprimimos e temos ouvido. Isso é o nosso diferencial.

São 11 milhões de desempregados no Brasil. Quando é que a curva pode começar a mudar e quanto tempo podemos ter de esperar até voltar a uma taxa menor?

Assim como outros problemas do mundo, o Brasil também enfrenta o desemprego. Mas o Brasil não se acomoda diante de uma taxa de desemprego tão alta. Não é a mais alta do mundo.

Mas queremos reverter essa curva e as medidas que se tomam é um conjunto. Entre elas temos de estabelecer um ambiente de confiança entre os investidores e essa confiança temos condições de mostrar.

No Brasil, há fidelidade nos seus acordos. A economia retoma seu crescimento e, com isso, a tendência do desemprego chega no marco zero. Eu acredito que teremos isso no mês de julho.

No primeiro trimestre do segundo semestre, vamos dar a primeira marcha para a retomada da empregabilidade no Brasil. Vamos começar a recriar postos de trabalho no Brasil.

Precisa haver uma mudança em leis para acelerar essa criação de postos de trabalho?

Não é a lei o impeditivo. Temos confiança de que os próprios trabalhadores têm a visão de que a lei precisa ser aprimorada para que outras atividades que surgiram a partir da década de 80, e que não estão na lei trabalhista elaborada na década de 40, possam ser tratadas.

Algumas profissões não existem mais e precisa haver uma readequação. Não há por que manter na lei contrato para datilógrafos. A elaboração da lei vai partir dos trabalhadores.

Serão protagonistas e não serão surpreendidos. São eles quem conhecem sua realidade. Nós somos o Ministério do Trabalho, não da Indústria e Comércio. E por isso vamos promover políticas públicas de proteção ao trabalhador, de proteção ao emprego.

Quando é que os trabalhadores e sindicatos vão começar a trabalhar nessas novas propostas?

Eu estou visitando todas as centrais sindicais. Já visitei a Força Sindical, a Nova Central, UGT e a CSB e quero visitar a CTB e a CUT. São centrais importantes e precisam estar na mesa para construir essa legislação. Todos os sindicatos são necessários para a representação.

Esse trabalho de elaboração de uma nova legislação começa quando?

Na segunda quinzena de julho. Nós já temos uma comissão formada por trabalhadores, empregadores e governo. Vamos aprimorar a comissão, dar autonomia e pedir metas e prazos. A divisão ideológica faz parte do processo democrático. Isso tem efeitos pedagógicos. Isso consolida o processo.

Ainda há tempo de apresentar essas propostas ao Congresso em 2016?

Algumas medidas já deveriam ter ocorrido. O próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um grupo de trabalho e dá para aproveitar muita coisa dali. A presidente Dilma Rousseff também estava preocupada com essas questões, justamente para retomar a empregabilidade.

A grande queda ocorreu justamente no exercício de seu mandato. Deve ter ideias extraordinárias que possam ser usadas. No Brasil, podemos ter divergência ideológica. Mas eu tenho condição de sentar com todos.

Eu não os tenho como inimigos. Mas, sim, como brasileiros bem intencionados e que, no ponto de vista deles, estão buscando o melhor para o Brasil. Precisamos de um modelo de legislação que reduza o conflito entre o trabalho e o capital no País.

O sr. comentou que viajou para a Suíça em viagem econômica. Qual mensagem o sr. quer dar com isso?

As pessoas que eu represento não têm condições de viajar em classe executiva.

Petroleiros do Paraná paralisam atividades nesta sexta

10/06/2016 - Fonte: Paraná Online

Os trabalhadores das unidades do Sistema Petrobrás no Paraná e Santa Catarina decidiram em assembleias que irão paralisar suas atividades nesta sexta-feira (10), em adesão a Jornada Nacional de Mobilização convocada pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que congregam movimentos populares, sindicais e estudantis de todo o país.

Realizada em todo país, a ação vai protestar contra o presidente interino Michel Temer e contra os retrocessos já sinalizados nesse período de menos de um mês, desde que assumiu a presidência após o afastamento ilegítimo da presidenta Dilma Rousseff.

Reforma da previdência, retrocesso nos direitos dos trabalhadores, fim do fundo soberano e da lei da partilha no pré-sal, venda de ativos da Petrobrás, privatizações, desvinculação do orçamento da educação e saúde, suspensão de programas sociais como Minha Casa, Minha Vida, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criminalização e perseguição dos movimentos sociais, são alguns das medidas que foram tomadas ou apontadas por Temer.

Os petroleiros irão cortar a rendição do turno a zero hora desta sexta e também haverá piquetes nas entradas das unidades no início do horário administrativo.

Manifestação em Curitiba

Um grande ato está marcado para as 14h00, na Praça Santos Andrade, em Curitiba. O protesto vai reunir trabalhadores das categorias que aderiram à Jornada de Lutas, como petroleiros, bancários, vigilantes, servidores públicos e trabalhadores rurais.

Intenção de investimento industrial sobe 0,6 no 2º trimestre, 1ª alta desde 2013

10/06/2016 - Fonte: R7

O Indicador de Investimento da Indústria, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), subiu 0,6 ponto no segundo trimestre deste ano, em relação ao trimestre imediatamente anterior. Com o resultado, o índice atingiu 82,5 pontos, após alcançar o menor nível da série histórica (81,9 pontos) no primeiro trimestre deste ano.

"Embora discreta, essa foi a primeira alta do indicador desde o terceiro trimestre de 2013, o que é uma boa notícia.

Assim como ocorre com os indicadores de confiança, o resultado sugere que as taxas de crescimento do investimento já passaram por seu pior momento e podem, gradualmente, se tornar menos negativas daqui por diante", afirmou o superintendente adjunto para Ciclos Econômicos do Ibre/FGV, Aloisio Campelo, em comunicado.

Segundo a sondagem, 16,2% das empresas pesquisadas informaram que, nos próximos 12 meses, planejam ampliar seus programas de investimento. No segundo trimestre do ano passado, eram 19,8% e, no primeiro trimestre deste ano, 16,7%.

Já a parcela das indústrias que pretende reduzir os investimentos nos próximos 12 meses passou a 33,7% no segundo trimestre deste ano, em comparação a 27,7% em igual período do ano passado e 34,8% no primeiro trimestre.

A FGV informa ainda que há mais empresas incertas sobre a realização dos seus programas investimento nos próximos 12 meses, 39,1%, do que certas, 31,8%. Com isso, o saldo do indicador de "grau de certeza dos planos de investimento" é de -7,3 pontos.

"O resultado decorre das incertezas em relação aos cenários econômicos e políticos do País, e lança dúvidas quanto à efetiva evolução dos investimentos planejados nos próximos meses", informou a FGV.

A Sondagem de Investimentos é um levantamento estatístico trimestral que fornece sinalizações sobre o rumo dos investimentos produtivos no setor industrial. A coleta

de dados para a sondagem divulgada hoje ocorreu entre 4 de abril e 31 de maio. Foram ouvidas 784 empresas.

Ajuste Fiscal: o que precisamos fazer para sair da crise

10/06/2016 - Fonte: R7

Desde 2015 um assunto que não sai das manchetes é o ajuste fiscal, isso porque o desequilíbrio orçamentário do setor público tem sido objeto de debate acalorado entre os economistas e políticos do país. Desde o aumento de impostos até mesmo sugestões para o governo aumentar os gastos entraram na pauta das discussões.

O grande problema é que todo esse debate fica restrito a especialistas no assunto e muito pouco é esclarecido ao cidadão sobre os reais impactos destas medidas. Compreender o conceito de ajuste fiscal e o seu propósito, bem como se o país precisa disso ou não, é essencial.

Para contribuir com o tema, listo aqui alguns pontos importantes para quem deseja formar opinião sobre o assunto e incluo também uma análise inspiradora sobre a experiência da Irlanda, que de um país literalmente quebrado se tornou uma das economias que mais crescem no planeta, sem aumentar impostos.

A origem da crise fiscal no Brasil

Até 2013, o Governo Federal conseguia gastar menos do que arrecadava, e ao final sobravam recursos para pagar parte dos juros e amortizações da dívida pública, e com isso a dívida não crescia em relação ao PIB.

Porém, a partir de 2014, as contas entraram no vermelho, e o governo não conseguia sequer pagar suas despesas, sem contar as despesas com a dívida pública. O resultado é óbvio, o governo passou a se endividar cada vez mais, seja para pagar parte das suas despesas primárias, seja para pagar os juros e amortizações da dívida (fazendo dívida nova para pagar as antigas).



Fonte: Banco Central

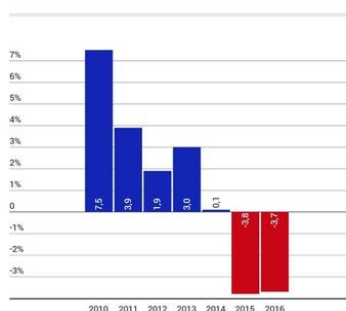
Contas Públicas no Vermelho e PIB em queda

Com o endividamento cada vez maior, a confiança da sociedade no futuro caiu, afinal se o governo estava gastando mais do que arrecadava e se endividando continuamente, essa dívida poderia não ser paga no futuro.

E em meio às incertezas e aumento das taxas de juros, as pessoas e empresas passaram a consumir e investir cada vez menos, e com isso a atividade econômica caiu, entrando em um círculo vicioso.

O gráfico abaixo apresenta a queda livre do PIB no Brasil, incluindo a última projeção dos analistas para este ano, de cerca de -3,7%.

Variação PIB real - Brasil (em%)



Fonte: IBGE

Caminhos para o Brasil

Gastar mais do que se recebe implica em algum momento se endividar continuamente, já que esta prática não é sustentável. E contrair dívidas regularmente, faz com que em algum momento ela se torne impagável. O ajuste fiscal é o conjunto de escolhas que rompe com esse círculo vicioso e restabelece a confiança da sociedade de que o governo honrará seus compromissos no futuro.

Porém, há ajustes e ajustes. O pior deles ocorre quando se aumenta impostos, sem cortar gastos, a consequência é um aprofundamento da recessão e das incertezas, já que não há qualquer incentivo a investir, produzir e consumir.

No Brasil, a experiência de 2015, aplicada pelo então Ministro da Fazenda, com aumento de impostos, sem conseguir cortar gastos, apenas aprofundou a recessão atual.

Em contrapartida, existem exemplos de países que conseguiram aplicar medidas capazes de tirar a economia da estagnação e voltar a crescer.

É o caso da Irlanda, que foi gravemente afetada pela crise mundial e 2008, entrando em uma recessão profunda e com uma grave crise fiscal que chegou ao ápice em 2010, com um déficit fiscal (incluindo despesas com dívida) de incríveis 32,3% do PIB.

A escolha do governo Irlandês para sair desta situação foi adotar o verdadeiro ajuste fiscal, ou seja cortar gastos, sem elevar impostos.

Em pouco tempo, o gasto público em relação ao PIB começou a ser drasticamente reduzido, passando de 65,7% do PIB para menos de 40% do PIB em pouco mais de 3 anos.

O gráfico abaixo demonstra esta relação de corte de gastos com os resultados do PIB, e ao contrário do que a maioria poderia imaginar, o ajuste fiscal verdadeiro impulsionou o crescimento do PIB, e tornou a Irlanda um dos países que mais crescem no mundo, a taxas superiores a 7% ao ano.

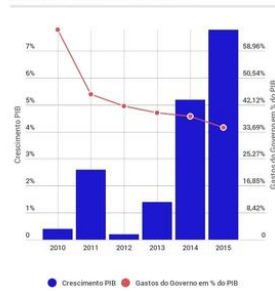
Por lá, a redução dos gastos e, conseqüentemente, o déficit do governo, em conjunto com a manutenção da carga tributária criou um ambiente atrativo para investimentos, já que o futuro passou a ser visto como menos incerto, isto é mais previsível.

Conforme a experiência Irlandesa tão bem ilustra, é possível uma alternativa que priorize corte de gastos da estrutura estatal.

Agora, cabe a sociedade exigir o verdadeiro ajuste fiscal, isto é, sem aumento de impostos, e preservando programas sociais, uma reforma da previdência que a torne sustentável e um enxugamento da máquina pública.

Ajuste Fiscal e Crescimento na Irlanda

(PIB real vs Gasto do Governo em % do PIB)



Fonte: Eurostat

PF conclui inquérito e indícia Samarco, Vale e 8 pessoas por desastre em Mariana

10/06/2016 - Fonte: R7

A Polícia Federal concluiu o inquérito que investigou crimes ambientais decorrentes do rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana (MG), em novembro de 2015, com o indiciamento da companhia, além da Vale, da empresa de engenharia geotécnica VogBR e de oito pessoas, informou o órgão federal nesta quinta-feira.

A PF concluiu que os investigados sabiam dos riscos do rompimento e agiram de forma negligente, afirmou à Reuters por telefone o promotor do Ministério Público de Minas Gerais, Carlos Eduardo Pinto, que participou das investigações.

Em janeiro, a PF já havia realizado indiciamentos com conclusões parciais do inquérito.

Os nomes dos indiciados não foram divulgados. As causas do desastre foram associadas a uma perda de estabilidade na fundação de rejeitos, em um processo conhecido como liquefação.

"Os tremores não foram fator decisivo e sim uma liquefação que houve em razão do acúmulo de água na barragem", disse o promotor, após participar de uma coletiva sobre o tema em Minas Gerais.

A Samarco é uma joint venture da brasileira Vale e da anglo-australiana BHP Billiton. As operações da mineradora estão paralisadas desde o rompimento da barragem.

A mineradora reafirmou recentemente seu objetivo de retomar a operação ainda neste ano, com 60 por cento de sua capacidade, até como forma de gerar recursos para fazer frente a despesas relacionadas às reparações aos atingidos pelo desastre, acordadas com o governo federal.

Os documentos do inquérito seguem agora para a avaliação do MPF, que deverá se manifestar sobre o tema para a Justiça Federal, segundo explicou Pinto.

Considerado o pior desastre ambiental da história do Brasil, o rompimento da barragem deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e poluiu o Rio Doce, que percorre diversas cidades até atingir o mar do Espírito Santo.

OUTRO LADO

A Samarco afirmou nesta quinta-feira, por meio da assessoria de imprensa, que só teve acesso ao laudo da Polícia Federal no final da tarde desta quinta-feira, mas que repudia qualquer especulação sobre conhecimento prévio de risco iminente de ruptura na barragem de Fundão.

"A barragem sempre foi declarada estável. Em nenhuma oportunidade, qualquer inspeção, avaliação, relatório de consultorias especializadas internas ou externas registraram ou fizeram qualquer advertência de que a operação da barragem estivesse sujeita a qualquer risco de ruptura", disse em nota.

A Samarco disse que sempre operou com altos padrões de segurança em todos os seus processos e mantém os monitoramentos em linha com as exigências legais e com as melhores práticas do mercado internacional de mineração.

A mineradora afirmou ainda que a barragem estava licenciada até a cota 940 metros, em relação ao nível do mar, sendo que no dia do rompimento estava em 898 metros. "Ou seja, a barragem nem sequer tinha alcançado ainda a cota de 920 metros prevista no projeto original."

Já a Vale afirmou nesta quinta-feira, por meio de sua assessoria de imprensa, que repudia, "com veemência, o indiciamento de um funcionário no inquérito conduzido pela Polícia Federal, haja vista que jamais teve qualquer responsabilidade pela gestão da barragem de Fundão".

A mineradora reiterou a informação de que, na média dos últimos três anos, destinou aproximadamente 5 por cento do volume total de rejeitos depositados pela Samarco na barragem de Fundão, no mesmo período.

E que antes deste período a barragem não tinha sequer atingido 50 por cento de sua capacidade total, disse a Vale.

"Além disso, nunca houve variação significativa, em tonelagem, do volume de rejeitos enviado pela Vale à Samarco."

De acordo com autoridades, a BHP Billiton não foi indiciada, pois diferentemente da Vale, não despejava rejeitos na barragem.

Procurada, a VogBR não respondeu imediatamente.

Usiminas quer contrato de longo prazo por placas para usina de Cubatão

10/06/2016 - Fonte: R7

O presidente-executivo da Usiminas, Sergio Leite, disse nesta quinta-feira que a siderúrgica está interessada em negociar um contrato de longo prazo para fornecimento de placas para a usina da companhia em Cubatão.

A empresa está negociando a compra de aço com a CSA, da Thyssenkrupp. Mais cedo neste ano, a Usiminas decidiu parar de produzir aço bruto em Cubatão (SP), como parte dos esforços para adequar a produção e os custos à fraca demanda do mercado interno.

Leite estimou sem dar detalhes que a retomada da produção de aço na unidade de Cubatão deve acontecer em algum momento nos próximos cinco anos, mas que para isso a Usiminas terá que fazer investimentos.

A forte recessão econômica do país, a queda dos preços mundiais do aço devido ao excesso de oferta, o elevado endividamento e uma feroz disputa societária têm feito a Usiminas enfrentar uma das maiores crises de sua história.

Uma das medidas para tentar reverter esse quadro, o aumento de capital de 1 bilhão de reais deve ser concluído em 30 dias, disse Leite a jornalistas durante o Congresso Brasileiro do Aço. A operação é considerada essencial para evitar que a maior

produtora de aços planos do Brasil seja forçada a pedir recuperação judicial diante de frágil situação financeira.

Apesar do quadro, o executivo disse que "um pedido de recuperação por parte da companhia está descartado". Ele também negou que haja negociações para divisão de ativos da Usiminas entre os principais sócios, a japonesa Nippon Steel e Ternium, como veiculado recentemente pela mídia.

Leite assumiu o comando da Usiminas em 25 maio, em eleição contestada pela Nippon, mas com apoio do grupo Techint. Ambos os grupos, que no papel dividem o controle da Usiminas, travam há meses disputa em diversas esferas, incluindo judicial, pelo comando da siderúrgica brasileira.

Segundo fonte próxima da Nippon Steel, uma mudança no comando da siderúrgica ocorrida durante negociação da empresa com bancos para reestruturar dívida de cerca de 7,5 bilhões de reais causou atrasos nas discussões, diante de incertezas de algumas instituições financeiras sobre o comando da companhia.

Porém, a fonte disse que a reestruturação deve ser concluída até o fim do prazo de 120 dias dado por credores para suspensão das obrigações financeiras da Usiminas, em meados de julho.

Segundo Leite, a Usiminas está discutindo a reestruturação da dívida com Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, BNDES e o japonês JBIC.

Presidente da CSN diz que divisão da Usiminas agora não é melhor opção

10/06/2016 - Fonte: R7

O presidente-executivo da CSN, Benjamin Steinbruch, disse nesta quinta-feira não considerar uma boa ideia uma divisão dos ativos da rival Usiminas, empresa da qual é sócia.

"Tem que ser observado o que for melhor para a empresa. Parece para mim que a Usiminas unida é muito mais valorosa... Certamente hoje a união faz a força e dividir a empresa neste momento é ruim", disse Steinbruch a jornalistas, durante congresso do setor.

O executivo evitou comentar quando a CSN vai iniciar a venda da participação que a empresa mantém na Usiminas, determinada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ou se vai tomar alguma medida jurídica para defender a posição na rival depois de ter conquistado com autorização do próprio órgão direito a indicar conselheiros. "O futuro, a Deus pertence", afirmou.

Segundo Steinbruch, a CSN deve ter "notícias em breve sobre desmobilizações" de ativos. Ele evitou dar detalhes, mas afirmou que a empresa segue negociando a venda do terminal de contêineres no Rio de Janeiro, considerado por analistas como um dos principais ativos da companhia no processo de redução de endividamento da companhia.

Porém, durante sua fala no Congresso Brasileiro do Aço, o executivo criticou a posição de empresas do país altamente endividadas ante interesses de investidores internacionais, que poderão comprar "todo mundo de graça" e que se o governo não der condições para a indústria crescer "vai ser tudo vendido a preço de lixo".

Segundo Steinbruch, preços de ativos de infraestrutura do país poderiam ser o dobro ou o triplo do atual caso se elimine das avaliações a percepção sobre o risco no país.

Com isso, na avaliação do executivo, se a CSN for vender algum ativo "vamos vender pela melhor oferta".

A dívida líquida ajustada da CSN terminou março em 26,65 bilhões de reais, aumento anual de 33 por cento. Com isso, o nível de alavancagem da empresa sobre o Ebitda ajustado seguiu em ascensão, passando de 8,15 vezes no quarto trimestre para 8,67 vezes ao final de março.

Em maio, durante a divulgação dos resultados do primeiro trimestre, Steinbruch afirmou que a CSN seguia focada em reduzir o nível de endividamento e que esperava concluir até o final deste semestre a venda de ativos para ajudar neste objetivo.

Nesta quinta-feira, o executivo defendeu a criação pelo governo federal de um programa nacional de desalavancagem. A sugestão de Steinbruch seria a utilização de recursos de compulsório de bancos para fomento de exportações de modo que o setor privado tenha condições para se reorganizar.

"Isso estimularia o Brasil como um todo... Está todo mundo alavancado, sejam governos municipais, estaduais ou pessoa física e setores produtivos", afirmou o presidente da CSN.

Brasileiro espera melhora lenta do mercado de trabalho, diz FGV

10/06/2016 - Fonte: R7

Apesar do mau momento do mercado de trabalho, há a expectativa de que o cenário vai melhorar, segundo o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) Fernando de Holanda Barbosa Filho.

O Indicador Antecedente do Emprego (IAEmp) de maio, divulgado nesta quinta-feira, 9, demonstra que a percepção dos entrevistados é que vagas serão criadas no horizonte de seis meses. O indicador avançou 3,8%, ao atingir 79,4 pontos, o melhor nível desde abril de 2014.

O IAEmp é calculado a partir de dados extraídos de sondagens da indústria, serviços e do consumidor, realizadas pelo Ibre/FGV, e sinaliza a percepção dos entrevistados do que será o mercado de trabalho ao longo do semestre.

Apesar do otimismo, o resultado da pesquisa ainda está abaixo da média histórica, o que demonstra, segundo Barbosa Filho, que os entrevistados não estão completamente seguros de que o cenário vai melhorar.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que avalia o cenário presente, mostra que os consumidores continuam demonstrando pessimismo com o mercado de trabalho.

O índice subiu 4,1%. O avanço significa piora da percepção do mercado de trabalho.

"Na prática, o retrato é de otimismo, mas também de recuperação lenta", afirmou Barbosa Filho.

O ICD é formulado a partir da Sondagem do Consumidor, que capta a percepção do entrevistado a respeito da situação presente do mercado de trabalho.

GE passa a produzir inversor para energia solar no Brasil; mira também exportação

10/06/2016 - Fonte: R7

A norte-americana GE passou a produzir inversores para usinas de energia solar em sua fábrica de Betim, em Minas Gerais, em uma aposta no desenvolvimento da indústria de geração renovável no Brasil e também na possibilidade de exportações a partir do país, afirmou um executivo à Reuters.

Embora o anúncio venha em um momento em que parte dos investidores em usinas fotovoltaicas tenta negociar um adiamento de prazos para as obras, devido à alta dos custos com a desvalorização cambial, a GE acredita que o desenvolvimento da tecnologia solar no país é apenas uma questão de tempo.

"É inevitável, um caminho sem volta... há um comprometimento político, via acordos internacionais, de se investir em energia renovável. A GE não faria esse investimento se não visse um potencial forte tanto para exportação quanto para o mercado local", afirmou o diretor comercial da divisão Power Conversion da GE para América Latina, Sérgio Zuquim.

Os inversores, um dos mais importantes componentes de usinas fotovoltaicas, convertem a energia gerada pelas placas solares em corrente contínua, para que a produção possa ser injetada na rede elétrica.

O equipamento da GE foi certificado pelo programa de conteúdo local do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que permite que os clientes possam financiar o produto em condições atrativas.

Segundo Zuquim, a companhia já fechou quatro contratos de fornecimento dos equipamentos junto a empresas que participaram de leilões promovidos pelo governo nos últimos dois anos para a construção de usinas fotovoltaicas.

Ele destacou que o Brasil possui um dos maiores potenciais globais para energia solar, enquanto outros países próximos também têm investido na expansão dessa tecnologia, como o Chile, que também tem condições bastante favoráveis a essa forma de geração principalmente no deserto do Atacama.

O crescimento das renováveis na América Latina, inclusive, é um dos fatores por trás da produção da GE no Brasil, que poderá atender outros países da região.

"Podemos utilizar o Brasil como plataforma de exportação, para que a gente possa se beneficiar de acordos comerciais com mercados latino-americanos, aproveitando a desvalorização do real", afirmou Zuquim.

Segundo ele, a competitividade do produto dependerá do nível do câmbio e das condições de cada mercado.

México e Chile são vistos como locais em que a disputa com fábricas de outros países pelas vendas seria maior, dada a ausência de tarifas de importação.

MERCADO ENGATINHA

A maior parte dos investidores vitoriosos na primeira licitação para construção de usinas solares do Brasil, realizada em 2014, ainda não iniciou obras.

As empresas tentam negociar uma ampliação do prazo para concluir os empreendimentos, com alegações de que a valorização do dólar desde o certame desequilibrou economicamente os empreendimentos.

Entre as companhias que pedem o prazo extra estão grandes players como Canadian Solar, Grupo Cobra e Fotowatio, além da brasileira Renova Energia em parceria com a norte-americana SunEdison.

Para Zuquim, o resultado do primeiro leilão foi atrapalhado pela grande desvalorização do câmbio e pela ausência de fabricantes locais de placas solares, que dificulta a obtenção de financiamento para as usinas junto ao BNDES.

Ele acredita, no entanto, que usinas viabilizadas em leilões realizados em 2015 não terão os mesmos problemas, além de apostar na continuidade das licitações anuais voltadas à geração solar.

"Os leilões vão adiante mesmo com a crise econômica que estamos vivendo... nesses leilões do ano passado o preço já foi mais atualizado, esses projetos devem correr normalmente. Mas deve haver, sim, um atraso nos projetos do primeiro leilão", afirmou.

Com três licitações realizadas desde 2014, o Brasil já contratou 3,2 gigawatts em usinas solares a serem instaladas nos próximos anos. Segundo o Ministério de Minas e Energia, os projetos devem demandar cerca de 13 bilhões de reais em investimentos. Em março foram agendados mais dois certames que contratarão energia solar, um para 29 de julho e outro para 28 de outubro.

Banco Central decide manter taxa básica de juros em 14,25% ao ano

10/06/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central anunciou há pouco a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano, conforme amplamente esperado pelo mercado.

A decisão foi unânime. Todos os 41 economistas e instituições consultados pela agência internacional Bloomberg previram a Selic estável nesta reunião. É a sétima vez consecutiva em que o Copom decide que a taxa deve permanecer inalterada.

A reunião ainda contou com o atual presidente do BC, Alexandre Tombini. O economista Ilan Goldfajn, indicado para o posto, foi aprovado somente nesta terça-feira (7) pelo Senado, o que o impediu de participar deste encontro. Sinais de aceleração da inflação tornam improvável uma redução da Selic no curto prazo.

O IPCA, índice oficial do país, foi de 0,78% em maio, acima da taxa registrada em abril (0,61%), segundo o IBGE. Foi o índice mais alto para o mês desde 2008, quando havia subido 0,79%. Em maio do ano passado, o índice havia sido de 0,74%.

O último boletim Focus, do Banco Central, voltou a indicar que a inflação continuará pressionada neste ano. As estimativas de economistas ouvidos pelo BC é de que o IPCA encerre 2016 a 7,12%, contra estimativa de 7,06% na semana passada. Há quatro semanas, a previsão era de 7%.

A expectativa dos mesmos economistas é de que a Selic fique em 12,88% em 2016, mesma previsão da pesquisa Focus anterior.

Manutenção da Selic afeta confiança para consumo e investimento, diz Apas

10/06/2016 - Fonte: EM.com

Apesar de o mercado já trabalhar com a hipótese de o Comitê de Política Monetária (Copom) manter a taxa Selic em 14,25%, a decisão tem efeito sobre a confiança para investimentos e o consumo, na avaliação da Associação Paulista de Supermercados (Apas).

Para a entidade que representa os supermercadistas, na última reunião de Alexandre Tombini como presidente do Banco Central, o Brasil "perdeu uma grande oportunidade para reduzir a taxa de juros e sinalizar positivamente para o mercado a busca pela retomada do crescimento econômico".

Em nota, o gerente de Economia e Pesquisa da Apas, Rodrigo Mariano, avalia porém que há oportunidade para redução dos juros pela frente. Entre os fatores que justificam a expectativa para queda na taxa estão um recuo maior do que o esperado no mercado de trabalho e uma inflação que, apesar dos dados de maio, ainda é vista em tendência de queda.

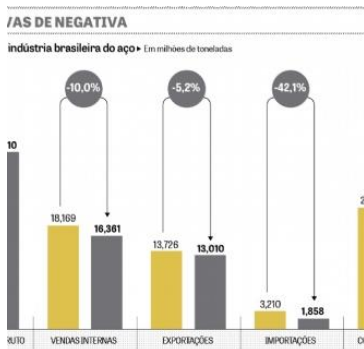
Para ele, a inflação persiste sobretudo em segmentos que não possuem grande influência da taxa de juros, fora do setor supermercadista.

A expectativa da entidade é de que haja ligeira redução da taxa básica de juro a partir do segundo semestre, encerrando o ano de 2016 em 13,5% ao ano. Ainda assim, não é esperado um impacto imediato no consumo.

"O impacto da alta da taxa de juros ainda possui em efeito que deverá se propagar na economia ao longo dos próximos meses", afirma o economista.

Usiminas e CSN terão dificuldades para executar planos de retomada

10/06/2016 - Fonte: DCI



Duas das maiores siderúrgicas do País, a Usiminas e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), terão dificuldades para colocar em prática os planos de retomada de crescimento. Além da recessão econômica e do cenário global de excesso de oferta, as gigantes do setor precisarão superar problemas internos.

A Usiminas enfrenta sua pior crise. Em meio à forte retração da demanda por aço no País, a companhia ainda lida com uma disputa acionária dentro do grupo de controle, que parece não ter solução no curto prazo.

Nesta quinta-feira (9), o presidente da siderúrgica, Sérgio Leite, falou a jornalistas que o grande desafio do setor é gerar caixa. "Nossa diretoria trabalha unida para recuperar a empresa."

Conforme adiantou o DCI ontem, a planta da Usiminas em Cubatão (SP) espera operar 120 mil toneladas de laminados no próximo mês, após ter registrado níveis bem abaixo do projetado de janeiro a maio.

Leite destacou que está negociando com a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) um contrato de longo prazo de compra de placas para laminar na Baixada Santista. Hoje, segundo o executivo, a negociação é mensal.

Enquanto isso, as áreas primárias da planta continuam desativadas. "No momento, não há planos de retomada das atividades. Mas podemos avaliar essa decisão nos próximos cinco anos."

O executivo destaca que não há um estudo concreto sobre os investimentos necessários para reativar as áreas primárias de Cubatão. Porém, segundo apurou o DCI, a Usiminas solicitou orçamento para reforma do alto-forno 2, o que consumiria aproximadamente R\$ 800 milhões. Já a construção de uma nova coqueria pode custar entre R\$ 1,75 bilhão e R\$ 2,5 bilhões, dependendo da tecnologia empregada no projeto.

CSN

A siderúrgica comandada por Benjamin Steinbruch também enfrenta conjuntura delicada. Diante da queda brusca da demanda por aço, a companhia amarga prejuízos e precisa administrar as custosas operações em um mercado de superoferta de commodities.

"Estamos fazendo manutenção de equipamento a fim de deixar todo o parque industrial apto a operar a plena carga assim que a demanda voltar a crescer", disse Steinbruch durante o Congresso Aço Brasil.

Segundo ele, a manutenção deve durar de 90 a 120 dias, decisão que teria sido tomada recentemente. No entanto, o alto-forno 2 de Volta Redonda (RJ) já ficou parado para este fim de janeiro a março, segundo informações da empresa.

Ainda ontem, ocorreu um incêndio na unidade de Volta Redonda, o quinto somente neste ano. Procurada, a CSN não pode ser encontrada até o fechamento desta edição para comentar o incidente.

Apesar do quadro, Steinbruch garantiu que continuará investindo no negócio. "Vamos voltar à plena carga", observou. Contudo, o executivo não soube estimar quando o mercado deve começar a apresentar resultados positivos. "Temos que aguardar as medidas do atual governo", ponderou.

Sobre desinvestimentos, que estão no radar da empresa há algum tempo, Steinbruch informou que vai avaliar as ofertas. "Dependendo do ativo, vamos vender pela melhor oferta. Em breve devemos ter notícia de desmobilização."

Steinbruch declarou ainda que o governo federal poderia criar uma espécie de "programa de desalavancagem", tanto das esferas públicas quanto de pessoas físicas e jurídicas.

Uma de suas ideias é usar recursos do compulsório dos bancos para estimular as exportações da indústria.

"No curto prazo, as empresas precisam se reorganizar para poder voltar a crescer e exportar é uma saída. Mas as instituições financeiras estão fechadas à concessão de crédito", reclamou o executivo.

Disputa na Usiminas

Para sobreviver à crise de demanda e de excesso de oferta global, a Usiminas ainda terá que enfrentar a briga acionária entre as controladoras Nippon Steel e a Ternium (do grupo ítalo-argentino Techint).

De acordo com uma fonte ligada à siderúrgica, os acionistas não conseguem sentar à mesa para começar a discutir uma solução para o impasse. "Não há confiança entre as partes para um início de negociações." Ainda de acordo com a fonte, a eleição de Sérgio Leite para a presidência da Usiminas é controversa.

"Os bancos envolvidos na renegociação da dívida da empresa estão se questionando sobre a governança da Usiminas", disse a fonte, acrescentando que por esse motivo, houve um atraso de quase duas semanas nas negociações, mas que o caso deve ser concluído "com sucesso dentro do prazo estipulado."

Leite, por sua vez, garantiu que as "negociações continuam normalmente." O executivo preferiu não opinar sobre os rumores de mercado de que a Usiminas seria dividida em duas partes, ficando a planta de Ipatinga (MG) para a Nippon e, a de Cubatão, para a Ternium. "Essa é uma questão que cabe aos acionistas."

Já Steinbruch se mostrou inclinado a apoiar a atual configuração da rival. "A Usiminas me parece mais forte unida", opinou. "O interesse dos acionistas não pode se sobrepor ao da empresa", acrescentou.

Agravante

A tempestade perfeita se formou definitivamente sobre a Usiminas quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou, recentemente, que a CSN - que tem fatia na concorrente - poderia indicar conselheiros na siderúrgica de Ipatinga.

A decisão ocorreu depois de o próprio órgão determinar que Steinbruch reduza sua participação na Usiminas. O executivo preferiu não comentar sobre o tema quando questionado, nesta quinta-feira (9), por jornalistas.

Para uma fonte ligada à Usiminas, a situação é "bizarra". "Hoje, me parece que o pior problema da Usiminas é ter a CSN dentro do conselho."

Ociosidade supera 50% nas autopeças

10/06/2016 - Fonte: Automotive Business



Pelo segundo mês seguido, a ociosidade na indústria de autopeças bateu recorde ao atingir 50,2% em abril, superando em 3,9 pontos percentuais o número registrado em março. A ociosidade é a maior desde 2010, quando o método atual de medição foi adotado pelo Sindipeças, entidade que reúne fabricantes do setor.

O emprego nacional no setor baixou 1,4% em abril ante março e no acumulado do quadrimestre já registra queda de 16,4% ante os mesmos meses de 2015.

As vendas líquidas da indústria de autopeças no acumulado de janeiro a abril deste caíram 9,9% ante o mesmo período de 2015. Os negócios com montadoras foram

20,2% menores em relação aos quatro meses do ano passado, mas ainda representam mais de 50% do faturamento total do setor.

As vendas para o mercado de reposição tendem à estabilidade. No acumulado até março havia leve queda de 2,3%, que com a soma de abril diminuiu para -0,2%. É provável que a inclusão de maio torne o número positivo no próximo confronto com 2015.

As exportações cresceram 11,7% em reais, mas a conversão do valor em dólares resulta em queda de 14,4%.

Os negócios intrassetoriais (entre as fábricas de autopeças) cresceram 3,9%. Os dados do Sindipeças são elaborados a partir de informações de 64 empresas que representam 32,2% do faturamento total da indústria de autopeças no Brasil.

Montadoras ainda vendem carros perigosos na América Latina

10/06/2016 - Fonte: Automotive Business



Enquanto a tecnologia de segurança avança nos centros globais de desenvolvimento automotivo, os consumidores da América Latina continuam rodando em carros inseguros. O alerta foi dado pela Consumers International, organização global que reúne grupos de defesa do consumidor.

Ao lado de outras associações, a entidade apresentou a campanha Safer Cars for Latin America na quarta-feira, 8, que pretende pressionar governos e montadoras instaladas na região para que sejam atendidos os requisitos mínimos de segurança.

A iniciativa aponta que fabricantes de todo o mundo continuam produzindo e vendendo no continente carros reprovados em testes de segurança reconhecidos internacionalmente.

A oferta destes modelos seria proibida na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo. Diante disso, a entidade questiona se as vidas dos consumidores da América Latina são menos valiosas do que a das pessoas que vivem nestes outros países.

"Existe um padrão ambíguo inaceitável sendo aplicado. Vidas dos consumidores são colocadas em risco onde as regulamentações do governo são fracas. Fabricantes lucram com essas falhas nas regulamentações e continuam vendendo carros que não são seguros", aponta em comunicado Amanda Long, diretora geral da Consumers International.

BRASIL E OS VEÍCULOS INSEGUROS

A entidade jogou na mesa dados alarmantes. Um deles aponta que em 2015 foram vendidos na América Latina 150 mil carros que seriam reprovados em testes de segurança, sem airbags ou outros recursos básicos de proteção aos ocupantes. O número indica que esses veículos colocam em risco 150 mil motoristas e outros milhares de passageiros.

O Brasil está longe de ser modelo de segurança veicular, mas larga na frente de alguns vizinhos latino-americanos, como o Peru, que não adotou nenhuma das sete regulamentações recomendadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tem taxa elevada de 13,9 mortes no trânsito a cada 100 mil pessoas.

Pela legislação brasileira, desde 2014 airbag duplo frontal e freios ABS são obrigatórios a todos os veículos vendidos no País. Houve avanço também para tornar compulsório o controle eletrônico de estabilidade (ESC), tecnologia capaz de evitar capotamentos. O item deverá vir de série em todos os carros a partir de 2022 (leia [aqui](#)). Ainda assim, a Proteste, associação de defesa do consumidor, insiste que o dispositivo tem alto potencial de salvar vidas e, portanto, precisaria ser implementado antes, em 2017.

FALTA COMPROMISSO DOS GOVERNOS E DAS MONTADORAS

As regulamentações parecem frágeis diante da capacidade das montadoras de produzirem carros com potencial para ferir seus ocupantes em caso de acidentes.

Segundo a Consumers International, dos 10 carros mais vendidos no Brasil e no México, maiores mercados da América Latina, cinco têm a nota mais baixa possível de segurança. A entidade cita o exemplo da General Motors, que teria vendido na região mais de 725 mil veículos Chevrolet nota zero nos testes do Latin NCAP.

Segundo a Consumers International, pesquisa realizada com pessoas de quatro países da América Latina mostra que a população se sente desinformada sobre a segurança dos carros, sem saber o que esperar ou cobrar quando vão comprar um veículo.

A entidade destaca que mais de 1,25 milhão de pessoas morrem anualmente em acidentes nas estradas em todo o mundo.

Deste total, 90% acontecem em países com baixa ou média renda, com relação clara entre as regulamentações frágeis de segurança e o número alto de mortes no trânsito.

"Estamos pedindo que governos da América Latina adotem as regulamentações da ONU e que trabalhem junto às organizações de consumidores em campanhas de conscientização do público para salvar vidas.

Nós também pedimos que fabricantes de carros parem de vender carros que não são comprovadamente seguros e que voluntariamente adotem as regulamentações da ONU.

Eles terão que se adequar algum dia e nós vamos pressionar os governos para que introduzam as regulamentações", destacou em comunicado Tamara Meza, da Consumers International do Chile.

RESULTADOS VERGONHOSOS EM TESTES DE IMPACTO

O alerta já vem sendo emitido há algum tempo pelo Latin NCAP, programa que avalia a segurança dos carros vendidos na América Latina e no Caribe.

As baterias de testes de impacto do programa revelam falhas graves na proteção dos ocupantes de veículos que têm grande participação nos mercados da região.

Entre os casos mais recentes estão o novo Peugeot 208, que passou vergonha ao receber apenas duas estrelas em segurança das cinco possíveis no programa.

Outro mico aconteceu com a Renault no teste do Kwid, modelo que será produzido e vendido pela companhia no Brasil. A unidade avaliada pelo Global NCAP, comprada na Índia, não conseguiu sequer uma estrela em proteção aos ocupantes no teste.

Diante do resultado, a Renault emitiu um comunicado que destacava uma série de recursos de segurança que a versão brasileira terá, como airbags laterais de série além da bolsa de ar frontal obrigatória no País.

A General Motors, mesmo sem nenhum destaque nos testes recentes da entidade, é tão especialista em fabricar carros potencialmente perigosos que recebeu até uma chamada do Latin NCAP. A organização cobrou da montadora mais compromisso com segurança.

GM lança no País projeto de carro compartilhado

10/06/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

A General Motors lançou no País projeto piloto de compartilhamento de carros, ou car-sharing, como é conhecido globalmente. O programa consiste em ter uma frota de veículos da marca que pode ser alugada por hora, por exemplo, para um trajeto da casa ao trabalho do usuário.

O programa, chamado de Maven, foi lançado pela companhia nos Estados Unidos em janeiro e o Brasil é o segundo país a adotá-lo. "Não estamos assistindo só de longe ao debate sobre mobilidade; estamos sendo atores", diz o vice-presidente da GM, Marcos Munhoz.

Em fase de testes desde março na fábrica de São Caetano do Sul (SP), só para funcionários, o programa tem 800 inscritos, dos quais 220 já alugaram carros, inclusive em fim de semana.

Por enquanto, apenas sete unidades do Cruze estão disponíveis, todas equipadas com o sistema multimídia Mylink. Por meio dele, o usuário pode baixar programa no celular para fazer a reserva e também destravar e travar a porta do carro. A chave fica no interior.

O formato de compartilhamento no teste permite ao usuário pegar e devolver o automóvel no mesmo local, nesse caso a fábrica.

O próximo passo, previsto para o fim do ano, é iniciar o serviço em um grande condomínio de São Paulo, informa o presidente da GM, Santiago Chamarro, com dez carros.

Em outra etapa, o formato permitirá a retirada ou entrega de veículos em pontos específicos da cidade – a exemplo do que ocorre com as bicicletas em São Paulo (o Bike Sampa).

"Para isso será necessário fazer parcerias com as prefeituras para obter vagas específicas para os carros", ressalta Samuel Russel, diretor dos programas OnStar e Marven da GM. Também são possíveis convênios com redes de estacionamento.

A terceira etapa é adotar o sistema existente na Europa, em que o usuário pode pegar e entregar o carro em qualquer parte da cidade. Até chegar a essa fase, explica Russel, será preciso ter um cadastro com número compatível de usuários e áreas em que são viáveis o procedimento.

No projeto piloto em São Caetano, o usuário paga R\$ 35 por hora de uso do carro ou R\$ 210 pela diária, valores que incluem combustível e seguro.

Exemplo da vantagem dessa locação, segundo Russel, é o valor da corrida de São Caetano ao aeroporto de Guarulhos, que em táxi comum sai por cerca de R\$ 140. No car-sharing sai por R\$ 70, levando-se em conta uma hora para ir e uma para voltar.

“Muitas pessoas também vão querer dirigir diferentes modelos apenas para conhecê-los melhor”, diz Chamorro. Ao longo do tempo a GM pretende incluir no Maven toda sua gama de produtos, do compacto Onix ao luxuoso Camaro.

Ameaça

Nos EUA, a GM tem outros programas de mobilidade, como a parceria com a Lyft, concorrente do Uber, para o desenvolvimento de uma rede de automóveis autônomos. A montadora vai investir US\$ 500 milhões no projeto.

As iniciativas da GM usam como base pesquisa global mostrando que 37% dos donos de carros atualmente abririam mão da propriedade do veículo se houvesse outras soluções para a locomoção, sem incluir o modelo tradicional de transporte. Dos entrevistados, 55% acham que as opções de mobilidade hoje são insuficientes.

Russell afirma que a GM não teme que o aumento de programas de compartilhamento seja uma ameaça ao negócio da marca. A visão é de que haverá uma transferência de vendas para empresas frotistas que prestarão os serviços.

São Paulo já tem, desde 2012, uma empresa de compartilhamento que atua no centro expandido de São Paulo. A Zazcar tem hoje frota própria disponível em 50 pontos da cidade.

Cobre opera em queda com alta do dólar e baixo volume de negociação

10/06/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em baixa nesta sexta-feira diante do dólar mais forte e baixo volume de negócios por causa de um feriado na China. Com isso, o contrato em Londres é negociado perto de uma mínima em quatro meses.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses operava em queda de 0,93%, a US\$ 4.497 por tonelada, o nível mais baixo desde 12 de fevereiro.

Na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para julho caía 0,37%, para US\$ 2,0315 por libra-peso.

O índice do dólar, que mede o dólar contra uma cesta de outras moedas, subiu 0,12% nesta sexta-feira de manhã.

O dólar mais forte tende a empurrar o preço das commodities para baixo, uma vez que elas se tornam mais caras para compradores detentores de outras moedas.

"Pre vemos que se a força do dólar continuar, juntamente com a queda do petróleo, e o cobre perdendo o patamar dos US\$ 4.540, o metal deve permanecer sob pressão", disse Dee Perera, analista de metais da Marex Spectron.

Entre outros metais negociados na LME, o alumínio subia 0,63%, para US\$ 1.588,00 por tonelada; o zinco opera estável a US\$ 2.072,00 por tonelada; o níquel baixava 0,11%, para US\$ 8.935 por tonelada; o chumbo subia 0,56%, para US\$ 1.717,50 por tonelada; e o estanho caía 0,06%, a US\$ 17.025,00 por tonelada.

Fábrica curitibana reduz conta de luz em quase metade ao adotar medidas simples

10/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



A Engerey, empresa curitibana especializada no planejamento e montagem de painéis elétricos, foi surpreendida, no final do ano passado, com a alta expressiva da conta de luz. Em relação a 2014, apesar de o consumo ter seguido a média, o valor da tarifa cresceu 100%.

A preocupação em equilibrar as finanças e manter a saúde do negócio fez a companhia aderir, em janeiro, a soluções relativamente simples, mas que vêm gerando uma economia de 46% ao mês na tarifa de energia. Em termos financeiros, a nova condição garante à Engerey ganhos mensais de R\$ 2 mil.

Soluções

Para alcançar o feito, três medidas foram adotadas. A substituição de telhas normais por translúcidas no barracão de 620 m² onde são feitos os painéis elétricos, a troca de 380 lâmpadas convencionais por modelos de LED 18 watts que consomem 90% menos energia e duram cinco vezes mais e, por fim, a instalação de um sistema inteligente, que desliga as luzes da empresa na hora do almoço e os computadores, quando inativos por mais de cinco minutos. Só a última medida já vem sendo responsável por pelo menos 10% de toda a economia mensal.

Segundo o diretor da companhia, Fábio Amaral, R\$ 20 mil foram gastos nas melhorias, mas a economia nas contas deve pagar o investimento até o fim do ano. "No barracão, as luzes só precisam ser acesas a partir das 17h. No verão, a equipe trabalhava até às 18h com a iluminação natural. As telhas transparentes e as novas lâmpadas também dão uma iluminação melhor aos locais de trabalho. Tudo está de acordo com os padrões exigidos pelo Ministério do Trabalho. A equipe tem gostado", conta.

O dinheiro recuperado até agora já teve destino. Os uniformes dos 65 funcionários estão sendo substituídos por novos, feitos a partir de algodão e garrafas pet.

"De início, aderimos às soluções para economizar, mas as vantagens que estamos gerando ao meio ambiente são muito significativas. Atuamos em um cenário micro, mas, se mais empresas perceberem o quanto podem economizar com estratégias possíveis, podemos evitar uma futura crise energética e incentivar o poder público a investir cada vez mais na visão ecológica consciente", conclui Amaral.

Recuperação da economia aparece no radar dos analistas

10/06/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Os bancos começam a ver uma recuperação mais rápida da economia brasileira, com recessão em 2016 menor que aquela até então estimada. Ontem, Itaú Unibanco e BNP Paribas divulgaram previsões melhores para o Produto Interno Bruto (PIB). A do Itaú

Unibanco passou de queda de 4% para recuo de 3,5%, enquanto o BNP Paribas mudou de perda de 4% para 3%. Na semana passada, o Bradesco já tinha alterado a estimativa de recessão de 3,5% para 3%.

A surpresa positiva com o resultado do PIB no primeiro trimestre — cujo recuo frente ao quarto trimestre foi de 0,3%, abaixo das previsões de queda de 0,8% —, ao lado da melhora dos indicadores de confiança e do processo de redução de estoques da indústria ajudam a explicar as revisões. Alguns acreditam que a economia já volte a crescer no terceiro trimestre, mas o Itaú Unibanco, por exemplo, só vê este movimento em 2017.

“Para que esse crescimento seja sustentável, é preciso ter ganho de confiança, com a aprovação das medidas fiscais e um cenário de mais previsibilidade. E isso pode ajudar os investimentos”, afirma o economista do Itaú Unibanco Felipe Salles.

Ele diz que o setor externo deve puxar o início da recuperação, mas sozinho não bastaria “para tirar a economia da recessão”. Por isso, aponta a importância da retomada dos investimentos. Já o consumo das famílias ficará na retaguarda, diz Salles, a reboque da piora do mercado de trabalho, que deve continuar até 2017.

Para Igor Velecico, economista do Bradesco, porém, o consumo pode se estabilizar na medida em que a incerteza diminuir, mesmo que o desemprego continue aumentando por alguns trimestres. Segundo ele, o consumo em baixa reflete uma precaução em razão da incerteza e pode haver reação positiva do consumo no segundo semestre.

Em relatório assinado pelos economistas Marcelo Carvalho e Gustavo Arruda, o BNP Paribas diz que o país vive “o momento de virada”. Eles dizem que é difícil identificar esses momentos, porque os setores reagem em ritmos diferentes, mas que os indicadores de confiança de empresários e consumidores estão avançando.

Na avaliação de Carvalho e Arruda, o padrão histórico da economia brasileira é de uma recuperação mais rápida do que o mercado espera e até do que a projeção do BNP Paribas (de alta de 2% em 2017). Considerando momentos passados, a alta seria de 4%.

Com uma projeção de recuo do PIB em 3,5% desde outubro, o chefe de economia e estratégia do Bank of America Merrill Lynch, David Beker, afirma que tem projeção “confortável” e não prevê mudanças.

“Não dá para escapar de uma recessão pesada em 2016. A grande questão é quando será a virada este ano, para saber qual será o impacto estatístico em 2017”, diz ele. Para 2017, as projeções são de avanço de 1% (Itaú Unibanco), 1,5% (Bradesco) e 2% (BNP Paribas) e não foram alteradas.

Alta nas exportações de ferro-gusa não compensa queda no mercado interno

10/06/2016 - Fonte: Diário do Comércio

Embora as exportações de ferro-gusa tenham aumentado e pulverizado em novos clientes em 2015 e sigam no mesmo ritmo neste ano, o encolhimento do mercado interno está impedindo a recuperação do parque guseiro de Minas Gerais.

O setor opera com apenas 35% da sua capacidade instalada, sem levar em conta as usinas paralisadas. Dos 102 altos-fornos do Estado, 60 se encontram abafados atualmente. Mesmo assim, a expectativa, baseada nas vendas externas, é de melhora deste quadro.

As informações são do presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer-MG), Fausto Varela Cançado, que esteve, ontem, no 27º

Congresso Brasileiro do Aço, em São Paulo. "A situação continua difícil. A expectativa era de que se as exportações aumentassem e o setor poderia voltar a ter um desempenho melhor, mas não esperávamos que o mercado interno encolhesse. Uma coisa compensou a outra", afirmou.

O representante do parque guseiro de Minas explicou que, desde o final do ano passado, o consumo doméstico de gusa recuou. Por outro lado, os embarques aumentaram tanto em termos de volume quanto em relação aos preços.

Segundo ele, as exportações do setor tiveram um ganho de 25% em 2015 contra 2014 e nos cinco primeiros meses deste ano seguem estáveis em relação às do mesmo período do exercício passado.

Além de aumentarem, as exportações de gusa também se pulverizaram. Cançado contou que as vendas externas eram basicamente concentradas nos Estados Unidos, que continuam abocanhando 40% do volume exportado. Mas o parque guseiro ganhou clientes na Europa, no restante das Américas e na Ásia, exceto a China.

Em 2014, 35% da produção de gusa eram direcionadas para as exportações e 65% para o consumo interno. Já no ano passado, a distribuição ficou praticamente meio a meio. Porém, o ganho nas remessas ao exterior não refletiu na alavancagem da produção.

"O que está acontecendo é que, gradativamente, estamos ocupando uma grande ociosidade", disse. Mas o parque guseiro opera com apenas 35% da capacidade e das empresas em atividade, sem levar em conta as empresas que estão paradas. São 60 altos-fornos abafados de um total de 102 no Estado.

Mesmo assim, a exemplo do setor siderúrgico, Cançado também cobrou o retorno do percentual de ressarcimento tributário do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) para 3%, no mínimo, o que, na análise dele, poderia alavancar ainda mais as vendas externas do setor.

Para ele, outro problema são as oscilações bruscas na taxa de câmbio do País. Conforme Cançado, a imprevisibilidade pode comprometer as negociações com clientes internacionais, uma vez que, entre as tratativas e a efetivação do negócio, em função da burocracia, demora muito e uma mudança forte nas taxas cambiais pode transformar transações boas em ruins.

Toyota ameaça a campanha do Brexit por usar seu logotipo

10/06/2016 - Fonte: Exame



O fabricante automobilístico japonês Toyota anunciou nesta quinta-feira que está avaliando processar os responsáveis da campanha para que o Reino Unido abandone a União Europeia por usar seu logotipo e sugerir que apoia o Brexit.

Em um comunicado, a empresa disse que o uso do logotipo na propaganda eleitoral "poderia sugerir ao leitor que a Toyota apoia a campanha pela saída" no referendo de 23 de junho.

"Não oferecemos tal apoio e estamos avaliando uma providência legal pelo uso não autorizado de nossa marca registrada", afirmou.

A Toyota, que emprega 3.400 pessoas em duas fábricas na Grã-Bretanha, condenou o fato de que os panfletos da campanha Brexit sustentam que essa é uma das seis grandes empresas "que ficarão no Reino Unido aconteça o que acontecer no referendo".

CSN quer todo o parque no RJ apto para produzir, diz Steinbruch

10/06/2016 - Fonte: Inda

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) realiza atualmente a manutenção de seu alto-forno que foi abafado em janeiro para deixar todo o parque industrial, em Volta Redonda (RJ), apto à produção, informou Benjamin Steinbruch, presidente da empresa.

Em entrevista coletiva após o 27º Congresso Brasileiro do Aço, o executivo disse que religar ou não o equipamento, porém, vai depender das condições do mercado e "de outros fatores". A manutenção dura, em média, de 90 a 120 dias, acrescentou.

O presidente da CSN também voltou a afirmar que em breve deve anunciar alguma venda de ativo no âmbito de seu programa que busca a redução da dívida da empresa. Anteriormente, em teleconferência com analistas e investidores, a companhia havia previsto novidades até o fim do segundo trimestre.

Estamos sempre de olho em compra e venda de ativos, mas hoje os ativos estão muito baratos no Brasil, destacou Steinbruch. "Mas em breve teremos notícias de desmobilização."

Sobre o conflito societário que pode levar à divisão da Usiminas, de quem a CSN detém 17,8% do capital total, o executivo disse querer "o melhor para a empresa". "Acredito que a união faz a força neste momento", acrescentou.

Steinbruch também revelou que o dólar cotado entre R\$ 3,50 e R\$ 4 é o ideal para as exportações da companhia. Mas, de acordo com ele, o importante é que o câmbio se estabilize e diminua a atual instabilidade.

Durante a entrevista, o executivo declarou que é preciso dar um tempo para o governo interno de Michel Temer e se disse otimista.

Exportações

O Brasil poderia lançar um programa nacional de desalavancagem, a empresas, governo e pessoas físicas, com a utilização de parte dos depósitos compulsórios que atualmente rendem quase nada aos bancos, pediu Steinbruch.

De acordo com ele, parte desses compulsórios seriam uma solução imediata para a indústria, no sentido de estimular as exportações, com desconto na taxa de juros, e garantir ainda rentabilidade às instituições financeiras.

O executivo classificou o instrumento como uma espécie de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) complementar. "Hoje, os bancos estão fechados, não estão concedendo crédito para ninguém", reclamou Steinbruch. "Conseguiríamos, assim, estimular não só a siderurgia, como toda a indústria brasileira."

A dívida bruta da CSN em março era uma das maiores do setor, cerca de R\$ 31,13 bilhões. A alavancagem, medida pela relação entre o endividamento líquido e o Ebitda, era de 8,7 vezes.

Apesar de a exportação ser uma boa solução de curto prazo, o mercado interno é o futuro da siderurgia, declarou o presidente da CSN. Para ele, é necessário garantir as mesmas condições que indústrias têm em outros países.

Segundo Steinbruch, a decisão dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff de incentivar o consumo para fazer a economia crescer não foi equivocada, apesar de alguns excessos. Steinbruch lembra que as medidas catapultaram 40 milhões de pessoas ao mercado consumidor, criou emprego, renda familiar e trouxe investimentos.

Taxa de juros

O presidente da CSN disse que um dos maiores problemas, além de grandes impostos e encargos trabalhistas, é a taxa de juros do país. Ele lembrou que cada ponto percentual na Selic, por exemplo, significa de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões no orçamento do governo federal.

"O problema é que precisamos ganhar competitividade. Se nos forem oferecidas ao menos perto das condições lá de fora, tenho certeza que o Brasil se sai muito melhor", afirmou. "Não tenho medo de competir de peito aberto, mas sem ser penalizado. Não queremos subsídio, e sim condições iguais."

Segundo ele, políticas equivocadas do governo federal nos últimos anos levaram a um grande empobrecimento do país, que afetou a todos, não só a indústria. "É o maior empobrecimento pela qual uma nação passou sem que tivesse em um período de guerra", declarou o executivo. "E as autoridades não deixaram de ser avisadas sobre as medidas que estavam tomando."

Steinbruch disse também que o crescimento da economia e do setor siderúrgico andam juntos. "O futuro do Brasil está ligado umbilicalmente ao futuro da siderurgia", ressaltou.

Novas condições

Caso nenhuma medida seja tomada e não sejam criadas condições para que a indústria brasileira recupere a competitividade, as companhias nacionais sofrerão perda de valor tão grande que poderão ser compradas a preços muito baixos, especialmente para o capital estrangeiro, opinou Benjamin Steinbruch.

Durante o 27º Congresso Brasileiro do Aço, o executivo comentou que as ações podem ser fáceis para impedir esse quadro. Para ele, operar no Brasil hoje só parece viável se for possível ter acesso a recursos baratos no mercado estrangeiro, por conta dos juros muitas vezes negativos.

"Empresas brasileiras não têm condição de atuar nessa situação", disse. "Mas desta vez não serão fundos de pensão, BNDESPar, que estão sem dinheiro, que vão ajudar. Virão fundos de fora, o capital estrangeiro, e vão comprar o Brasil todo de graça."

Em carta, Temer diz que setor siderúrgico é vital para desenvolvimento

10/06/2016 - Fonte: Inda

O presidente em exercício, Michel Temer, afirmou em carta lida durante a abertura do 27º Congresso Brasileiro do Aço, em São Paulo, que o governo não vai descuidar de medidas de apoio à indústria e que o setor siderúrgico é vital para a retomada do desenvolvimento do País.

"Preciso da colaboração de vocês para enfrentar os severos desafios que temos pela frente, entre os quais as medidas de ajuste fiscal e de corte de gastos", disse Temer, na carta. "Não descuidarei, porém, de medidas de apoio à indústria, principal pilar de sustentação da economia nacional".

Na carta, Temer manifestou apreço ao setor siderúrgico, dizendo reconhecer a "vital importância" do segmento para a retomada do desenvolvimento do País, "razão pela qual a defesa de seus ideais e suas demandas se inserem em escala de alta prioridade da política governamental".

O presidente em exercício ainda disse reconhecer que a siderurgia brasileira enfrenta grandes dificuldades de natureza conjuntural e estrutural. "Poderemos, juntos, superar as dificuldades e voltar a ter competitividade no mercado internacional".

Também na abertura do 27º Congresso Brasileiro do Aço, o primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, Beto Mansur, disse ser fundamental que o País tenha medidas importantes para a produção de aço, destacando que uma das principais alternativas para o setor é a exportação.

Durante sua fala, Mansur defendeu a elevação das alíquotas do Reintegra, voltando para o patamar de 3% - atualmente, está em 0,1%. "É uma medida que, ao meu ver, é importante para que a indústria retome o desenvolvimento".